

FORMAÇÃO CONTINUADA: UM PAPEL TRANSFORMADOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Kallyne Cardoso Rodrigues de Andrade¹
Milene Bartolomei Silva²

Eixo 1 - Formação docente, políticas educacionais e práticas educativas

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a respeito da formação de professores sob o viés da perspectiva da Educação Inclusiva, compreendendo os motivos que levam o docente a manter-se atualizado, buscando verificar de que forma a academia pode e deve ajudar e influenciar a carreira dos futuros professores. O texto resulta de um levantamento bibliográfico-documental, que tem como aportes trabalhos de Perrenoud (2002), Mantoan (2006), Alves (2003), entre outros. A pesquisa bibliográfica se deu a partir de buscas em projetos de extensão e aperfeiçoamento realizados pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul entre 2019 e 2022. O material estudado, faz parte de um Projeto Nacional coordenado pela Diretoria de Políticas da Educação Especial do Ministérios da Educação em articulação com as Instituições Públicas de Ensino Superior e Secretarias Municipais de Educação, no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores para Educação Especial. Como resultados do estudo, viu-se a importância da formação continuada para professores da rede pública de ensino, uma vez que eles puderam contemplar novos programas, práticas, visões e ações de ensino, a fim de alcançar seu principal objetivo que é a aprendizagem dos alunos, seja ele em ensino remoto ou presencial.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Formação Docente; AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Introdução

A educação inclusiva é uma realidade presente na maioria das escolas brasileiras. No entanto, o acesso à escola regular não garante a qualidade do ensino recebida pelos alunos público-alvo da educação especial, ou seja, pelos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). Na atual perspectiva da educação inclusiva, almeja-se que o aluno inserido ingresse na escola comum e que nela permaneça com igualdade de oportunidades, para que assim possa desenvolver-se como os demais alunos que compõem a escola do século XXI.

Tendo em vista que, por muito tempo, os alunos público-alvo da Educação Especial permaneceram à margem social, enfrentando privações de acesso há muitos espaços na sociedade, dentre eles o principal de todos, o espaço educacional. A partir disso, torna-se necessário discutir sobre os processos de inclusão, disseminados nos dias atuais. Essa discussão é fundamental para se refletir a respeito da significação da formação inicial e continuada dos professores que atuam nas escolas que seguem uma perspectiva inclusiva.

¹ Pedagoga formada pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

² Doutora em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro Oeste pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco e mestrado em Educação pela UFMS. Diretora da Faculdade de Educação (Faed) da UFMS e também atua como professora do curso de Pedagogia da UFMS.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir a respeito da formação continuada de professores sob o viés da perspectiva da Educação Inclusiva, compreendendo os motivos que levam o docente a manter-se atualizado, buscando verificar de que forma a academia pode e deve ajudar e influenciar a carreira dos futuros professores.

Buscaremos neste trabalho trazer a contribuição da formação continuada dos professores, não apenas como um “desenvolvimento profissional” ou “mais um certificado para o currículum”, mas deve ser vista como uma necessidade de aprimoramento de conhecimentos, reflexões sobre a atual educação, quanto a educação especial, trazendo no seu âmbito, novas perspectivas quanto a educação inclusiva, respeito à diversidade, mudanças e atualização da legislação vigente.

A intenção de realizar uma formação continuada, não deve partir somente do professor, uma vez que o olhar diagnóstico da coordenação pedagógica deve sempre estar atento, para poder ajudar sua equipe no desenvolvimento das aulas, cuidar onde faz-se necessário um “UP” no dia a dia, e cada dia investir e fortalecer sua equipe pedagógica.

Certamente que a formação continuada está prescrita em Leis, e isso nos auxilia na afirmação da importância deste estudo. Baseado em todas essas informações, a UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul) em parceria com o Ministério da Educação, vem cumprindo com seus deveres de instituição, e vem investindo em cursos de formação continuada para docentes da rede pública do estado, na área da educação especial, somente no ano de 2022, a UFMS formou mais de 1.500 (mil e quinhentos) professores, que saíram aptos a desenvolverem novas práticas pedagógicas que envolvam todos.

A Escola Inclusiva

Muito tem se falado em escola inclusiva, mas será que somente esse ponto é o mais importante e necessário para que haja de fato a inclusão das crianças com deficiências? E quanto ao corpo docente para atender essa escola inclusiva? É sabido que a escola tem um papel fundamental para a vida das pessoas, pois além de proporcionar o ensino, ela também trabalha com o desenvolvimento social, cultural e principalmente intelectual, e para que essas ações sejam desenvolvidas com maior excelência possível, é necessário a formação continuada dos profissionais envolvidos no desenvolvimento desses indivíduos.

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades. Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente a etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimento como recursos a serem mobilizados (Aranha, 2004, p. 7).

A escola é a instituição responsável pela educação formal de um indivíduo, tanto para com o aluno com ou sem deficiência, essa premissa da escola não está pautada em “particularidades” que podem aparecer nas escolas.

Assim, a inclusão vai muito além de uma inserção do aluno em sala de aula, vai além das políticas públicas aplicadas na escola, é necessário dar condições de

permanência e possibilidade de desenvolvimento do ensino e aprendizado do aluno, não esquecendo de enaltecer suas potencialidades diante das dificuldades.

Formação docente na perspectiva da educação inclusiva

O professor deve atuar em sala de aula como um motivador da educação, dando importância ao seu aperfeiçoamento e ao seu desejo de aprender, isso envolve seu aprendizado por meios de estudos teóricos e as práticas desenvolvidas diariamente. Muitos educadores veem a educação inclusiva como um meio de integração da escola com a comunidade, defendendo os interesses da necessidade de capacitação dos profissionais, em prol do desenvolvimento das crianças.

Educar dentro de uma sala inclusiva, vai muito além do que se possa imaginar, na teoria, não é somente “aplicar” um atividade adaptada que o professor está praticando a inclusão, é necessário um direcionamento das práticas pedagógicas, para que o professor consiga valorizar as diferenças e diversidades que estão inseridas na sala de aula, requer mais do que boas intenções é necessário que sociedade, escolas e professores tomem consciência das tensões e organizações necessárias para a criação de uma escola/sala de aula inclusiva de qualidade (Marchesi, 2004).

Nas universidades, é priorizado o estudo das deficiências, suas características e condições específicas, conhecido mais popularmente como Educação Especial. Todavia, em sala de aula, no cotidiano, sabe-se que a vivência é bem diferente. Trabalhar com educação inclusiva, sobrepuja qualquer teoria, é na prática que se constrói verdadeiramente o conhecimento, a vivência e as experiências.

A relação professor/aluno vai influenciar no desenvolvimento do mesmo, essa prática se torna mais fácil de se construir de acordo com as experiências vivida pelo docente, ou seja, quanto mais tempo de experiência e estudo ele possuir, com mais facilidade vai conseguir construir essa ponte de relacionamento com o aluno, no qual é de suma importância para o seu desenvolvimento, estabelecer afetividade e com isso, despertar o desejo de aprender.

A formação continuada abre os olhos dos professores para novos caminhos, novas práticas, novas possibilidades que lhe tragam melhor resultado, todavia isso significa que não será o caminho mais fácil, mas sim o caminho que lhe trará melhores resultados diante do uso da criatividade, diante aos novos desafios.

Legislação vigente acerca da formação continuada

Em 1994 foi elaborada a Declaração de Salamanca (Espanha), que tem como um de seus princípios a inclusão escolar, como um meio de atingir os objetivos da educação para todos. Neste tratado, o Brasil se comprometeu em converter as escolas em instituições inclusivas, onde as diferenças são celebradas e as necessidades individuais são tratadas e respeitadas individualmente. Este tratado é reconhecido hoje em dia como um marco da Educação Especial no contexto inclusivo, pois a partir dele, políticas públicas foram criadas com recomendação de integração e posteriormente inclusão dos alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Em 2004, por meio da Lei nº 10.845, de 5 de março, foi criado o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às pessoas Portadoras de Deficiência (PAED), com o objetivo de universalidade do atendimento educacional especializado (AEE), mas somente para alunos que podiam frequentar uma sala de aula regular.

Em 2008, a Educação especial ganhou reforço financeiro com sua inclusão no fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o lançamento da Política Nacional de Educação Inclusiva, orientando sobre o AEE em salas de recursos e centros especializados de referência, a ser realizado no contraturno e em todos os níveis de ensino.

Outro programa criado para complementar o AEE foi o programa de implementação das salas de recursos multifuncionais, a fim de amparar os sistemas de ensino na organização e na oferta do atendimento educacional especializado por meio da inauguração dessas salas nas escolas básicas da rede pública de ensino regular e de medidas de formação de professores para o AEE.

Assim, a Educação Especial passou a agregar a proposta pedagógica da escola regular, a partir da identificação, preparação e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a inteira participação dos alunos.

Em específico a formação dos docentes, a LDB traz três campos específicos de formação:

Artigo 63º. Os institutos superiores de educação manterão:

- I - Cursos formadores de profissionais para educação básica, inclusiva o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
- II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
- III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

A formação continuada é um direito garantido a todos os profissionais que trabalham em qualquer instituição de ensino, não vista apenas como um artifício para uma progressão funcional baseada em titulação, mas também visa a qualificação e competência dos profissionais, uma vez que seu objetivo é adequar novos modelos de formação/ensino que demandam cada vez mais rápido em nossa sociedade.

Quanto às propostas que forem aceitas pelo MEC, estas instituições receberam apoio financeiro para execução do projeto. Esse apoio orçamentário, pode ser no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil) reais a R\$500.000,00 (quinhentos mil) reais, tudo devidamente coordenado e dirigido para a execução do projeto de formação continuada. Tal informação trazida aqui, mostra o interesse da União em atender seus deveres quanto à formação continuada dos profissionais da educação do país (Diário Oficial da União, Brasília, 2010, seção 3, p. 25).

Quanto a formação docente, em 2002 foi publicado um documento chamado Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (DCNs) que são normativas obrigatórias para a Educação Básica, no qual ela orientam quanto o planejamento curricular das escolas e do sistema de ensino, mas não somente a Educação Básica, abrange também o nível superior e cursos de licenciatura e graduação, no qual orienta as instituições de ensino superior a planejarem a grade curricular de modo que a formação esteja voltada para a diversidade e considerar o conhecimento sobre as especificidades dos alunos com necessidades especiais e a comunidade indígena.

Um marco político para os alunos surdos, ocorreu em 2008, quando o MEC apresentou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, afirmando que a formação escolar deve incluir o conhecimento sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRA) um meio legal de comunicação e

expressão nas escolas regulares, ou seja, o ensino de LIBRAS fica obrigatório nos cursos de formação de educação especial (BRASIL, 2002).

A formação de professores do AEE na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Falar acerca da formação continuada dos professores, seja na educação especial ou educação regular, é falar da atualização da vida que ocorre dia após dia, observando o que a sociedade mundial passou nos últimos 2 anos, vê-se mais ainda a importância da aplicabilidade da formação no cotidiano do corpo docente. Afinal, a formação docente deve ser voltada para propor uma ação de reflexão do professor, pautada no referencial, porém não se esquecendo da realidade social que o cerca, o aprendizado é contínuo, e deve ser desenvolvido de uma forma dinâmica ao longo da vida.

O presente artigo tem como base de pesquisa, os cursos de formação continuada na área da educação especial, ofertada pela FAED (Faculdade de Educação) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul entre os anos de 2020-2022. Tal formação, foi disponibilizada gratuitamente para mais de dois mil professores da rede pública do Estado do Mato Grosso do Sul, tendo como principal finalidade proporcionar aos profissionais da educação, conhecimento e amparo de atividades, para desenvolver com as crianças, como alvo principal a educação especial.

A pesquisa foi feita de forma qualitativa, embasada em documentos por meio de editais dentro da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O período do objeto de pesquisa, deu-se a partir de agosto de 2021, onde foi aberto o edital para participação do curso de formação continuada.

O projeto está alicerçado no Decreto nº. 6.755/2009 Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e também se baseia no Plano Nacional de Educação (decênio 2014-2024) que reforçou suas metas quanto a responsabilidade da União, Estados e Municípios em habilitar os profissionais que atuam na Educação Infantil.

A Faculdade de Educação ofertou dois projetos de extensão e dois de aperfeiçoamento, com carga horária de 90h e de 180h respectivamente.

O primeiro denominado “Serviço de Atendimento Educacional Especializado em contexto de pandemia”, que foi realizado em 2(duas) edições devido ao grande número de interessados. A 1º edição deste projeto, atuou no período de dezembro de 2020 até maio de 2021, e a 2º edição atuou de agosto de 2021 até novembro de 2021. Ambas edições contaram com período de planejamento, divulgação, contratação de recursos humanos, inscrições, matrículas, desenvolvimento dos módulos, encontros, relatórios de atividades, avaliações dos alunos e por fim relatório final do projeto.

O segundo projeto de aperfeiçoamento, denominado “Serviço de Atendimento Educacional Especializado em Educação Infantil de educandos com deficiência”, também teve 2(duas) edições, devido a grande procura da comunidade externa. A 1º edição do projeto atuou no período de novembro de 2021 até junho de 2022, e a 2º edição e atual vigente, deu-se início em novembro de 2022 e vai até agosto de 2023.

O objetivo dos projetos é de ofertar uma formação continuada aos professores de educação básica da rede pública de ensino do Estado do Mato Grosso do Sul prioritariamente e demais estados brasileiros, na perspectiva do atendimento educacional especializado AEE, no qual tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e acessibilidade que possibilitem uma plena participação dos alunos com deficiências, levando em considerações as necessidades de cada pessoa específica.

Por se tratar de um projeto de âmbito nacional, as inscrições se deram em todo território brasileiro havendo inscrições das cinco regiões do país, entretanto a maioria dos cursistas residiam no estado do Mato Grosso do Sul (cerca de 70%), juntamente onde fica localizada a UFMS.

Considerações Finais

Por fim, diante do exposto neste trabalho, vimos que o sucesso da carreira de um docente baseia-se grande parte em estudos e formação continuada. Essa formação tem como objetivo aprimorar as habilidades, conhecimentos e práticas dos educadores para melhor atender as necessidades educacionais de alunos com deficiências, transtorno do espectro autista (TEA) e outras necessidades educacionais especiais.

Com base nos estudos e levantamentos feitos em artigos e materiais digitais, chegamos à conclusão que pelo motivo da falta de investimento, não é desculpa para não manter-se atualizado, pois os Cursos descritos neste trabalho foram 100% gratuito, todo investimento financeiro foi custeado pelo poder público, destinando o valor de pagamento de impostos em conhecimento para docentes, a fim deste chegar até o futuro da nação, que é as crianças, estudantes dos dias atuais. Na perspectiva da Educação Especial, o investimento é para proporcionar melhoria de atendimento para com eles, capacitar profissionais para lidarem com todo e qualquer possível situação desafiadora que possa surgir dentro da unidade escolar, proporcionar atividades estimulantes que trazem desenvolvimento social, pessoal, educacional, familiar e pedagógico à criança. Cabe aos profissionais a disposição e investimento de tempo, para que seu dia a dia dentro de uma sala de aula, seja uma experiência única e inesquecível para os estudantes.

Espera-se que todo profissional esteja disposto a se atualizar, assim como os quase 2.000 profissionais que fizeram o curso de capacitação oferecido pelo UFMS nos últimos 3 anos. Disponibilizar 90 ou 180 horas, ao longo de 6 a 9 meses, não é ruim diante dos avanços pedagógicos que podemos colher quando colocamos em prática os ensinamentos e estudos praticados nestes cursos.

Referências

ALVES, Fátima. **Inclusão:** Muitos Olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, Ed. wak. 2003

ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva:** a escola. Brasília: MEC/SEE, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Gabinete do Ministro. Aviso de chamamento público formação continuada da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de fevereiro de 2010, seção 3, p.25.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de abril de 2002.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 25 de junho de 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.9394/1996.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete formação continuada**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/formacao-continuada/>. Acesso em 20 nov. 2022.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.